

Integram o TCU, também, quatro auditores ou ministros substitutos, nomeados entre candidatos aprovados em concurso público de provas e títulos para o cargo. Sua função é substituir os titulares em seus afastamentos.

Atua ainda junto ao TCU um Ministério Público especializado, autônomo, composto de sete procuradores aprovados em concurso público, com as mesmas prerrogativas dos integrantes do Ministério Público da União. Sua função é defender a ordem jurídica, manifestar-se sobre assuntos sujeitos ao exame do tribunal, recorrer de decisões e requerer medidas de interesse da Justiça, da administração pública e do erário.

Administrativamente, o TCU conta com quadro próprio de pessoal recrutado mediante concurso público, seguido de rigoroso programa de formação.

Funcionamento - As prestações de contas de administradores públicos, os relatórios de auditoria e demais assuntos submetidos à deliberação do

tribunal são organizados em processos, que são encaminhados às Secretarias de Controle Externo (Secex), encarregadas do apoio técnico. Cada processo é analisado por ao menos um auditor federal de controle externo, um diretor e um secretário. Passam igualmente pelo exame do Ministério Público. Em seguida, são encaminhados para apreciação dos gabinetes dos ministros e posterior deliberação do Plenário do TCU.

As contas podem ser julgadas regulares, regulares com ressalva ou irregulares. Nesse último caso, o TCU aplica aos responsáveis as penalidades previstas em lei, que prevê, entre outras punições, multa proporcional ao prejuízo causado aos cofres públicos.

O TCU é, assim, um órgão da maior relevância para a administração pública. Constitui-se garantia de segurança tanto para a nação, quanto à correção, eficiência e eficácia do emprego do dinheiro público, como para os bons administradores, que terão o seu desempenho avaliado por um órgão soberano e independente.

José Múcio Monteiro toma posse no TCU

Em solenidade concorrida, prestigiada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e autoridades dos três poderes da União, o Tribunal de Contas da União deu posse, em 20 de outubro, ao ministro José Múcio Monteiro Filho, que assumiu a vaga do ministro Marcos Vilaça, já aposentado.

Ao dar posse ao novo ministro, o presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar, destacou que o Tribunal “recebe o brilho da inteligência, o calor fraterno do homem solidário, a história sem máculas do republicando José Múcio. Sua vida de lutas vai enfrentar um desafio posto constitucionalmente em suas mãos: exercer o controle dos recursos públicos.”

Em sua saudação, o ministro Valmir Campelo destacou que a investidura de José Múcio no cargo “presta reverência a um homem público que reúne todos os méritos para o desempenho de tão árduo mister, com seus notórios atributos de probidade, de

retidão, de conhecimento da administração pública, de enorme dedicação e capacidade de trabalho.”

O procurador-geral Lucas Rocha Furtado ressaltou que o novo ministro “detém, reconhecidamente, os mais qualificados atributos que o capacitam a desempenhar com altivez as relevantes atribuições do cargo.”

Em seu agradecimento, o ministro José Múcio disse que pretende “trabalhar, infatigavelmente, pelo respeito aos mais estritos princípios que regem a utilização dos recursos públicos e contribuir para que este egrégio Tribunal possa, em estreita colaboração com o Congresso Nacional, proceder ao exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração federal, no propósito de assegurar uma boa governança pública. Sempre que possível orientar e prevenir, em lugar de condenar e remediar.”

Ex-deputado federal pelo estado de Pernambuco e ex-ministro das Relações Institucionais, José Múcio é formado em engenharia civil pela Escola Politécnica de Pernambuco. Iniciou sua vida política em 1980. Em 2007, como líder do governo Lula na Câmara dos Deputados, recebeu e aceitou convite do presidente para assumir o cargo de ministro das Relações Institucionais. Em 2009, foi indicado para compor o TCU, o que o levou a deixar o ministério e renunciar ao cargo de deputado federal.

TCU entrega Grande-Colar de 2009

A edição de 2009 do Grande-Colar do Mérito do TCU foi realizada em 4 de novembro. Foram agraciados o ministro emérito do TCU Marcos Vilaça, o vice-presidente da República José Alencar, a atriz Bibi Ferreira, o jornalista Ari Cunha, o ex-governador de São Paulo Claudio Lembo e a Fundação Gilberto Freyre.

A condecoração é concedida anualmente a cidadãos, nacionais ou estrangeiros, que, por seus méritos excepcionais e relevante contribuição ao País, ou ao controle externo tenham se tornado merecedores de distinção especial. A escolha dos agraciados é feita anualmente, em sessão extraordinária, pelo Conselho do Grande-Colar, composto pelo presidente do Tribunal, pelo vice-presidente e pelos ministros titulares do TCU.

O presidente do TCU ministro Ubiratan Aguiar saudou os condecorados: “As trajetórias aqui retratadas de benignidade, de perseverança e, acima de tudo, de luta mostram que o sucesso é decorrência natural da atuação retilínea e nos trazem o alento de que, se forem replicadas por todos os que carecem de melhores condições de vida e se forem acompanhadas de ações governamentais eficazes e eficientes, conduzirão nosso país a galgar novos degraus na

escada que nos leva a um nível de desenvolvimento econômico, político e social digno”.

O vice-presidente da República, José Alencar, discursou em nome dos homenageados e destacou a importância do TCU para a sociedade. De acordo com o vice-presidente, a independência e a autonomia permanecem como marca histórica do TCU, que age como um verdadeiro guardião da moralidade pública. “O sentimento de nossa gratidão se associa ao orgulho de sermos premiados por esta instituição, que dignifica o nosso país e ajuda os agentes públicos a bem cumprir o seu trabalho e a aprimorar a gestão dos recursos”, disse Alencar.

A experiência de vida de cada um dos homenageados foi lembrada pelo ministro Walton Alencar Rodrigues. O ministro lembrou que a condecoração foi criada em 2003, pelo então presidente do TCU, ministro Valmir Campelo, justamente com o propósito de louvar méritos e rememorar histórias de personalidades importantes para o país. “O Colar do Mérito do TCU enquadra-se exatamente nesse contexto de homenagem que fazemos aos que distinguimos e admiramos. E aos distinguidos e admirados Agraciados, o nosso eterno respeito pela espessura de seus méritos e exemplos”.

TCU completa 119 anos

O Tribunal de Contas da União (TCU) completou, em 7 de novembro, 119 anos de história. Ao longo de todo este tempo, as competências do Tribunal, criado em 1890 para realizar “o exame, revisão e julgamento dos atos concernentes à receita e despesa da República”, cresceram. E junto com elas cresceu também o papel do TCU na sociedade brasileira.